

Conclusões do ENADA'2016 “As organizações de ambiente no caminho do futuro”

26 de Novembro de 2016 – Lisboa

As Associações reunidas no ENADA'2016 - Encontro Anual de Associações de Defesa do Ambiente (ONGA's), realizado no dia 26 de Novembro de 2016 em Lisboa, após debate e reflexão sobre alguns dos desafios do desenvolvimento sustentável na atualidade, o papel das ONGA na sociedade e as vias para a sociedade e o futuro que queremos, concluíram o seguinte para os três painéis em debate:

1 – Papel da Sociedade Civil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As Associações de Defesa do Ambiente têm um papel fundamental a desempenhar na mobilização da sociedade para assumir, progressivamente e de forma sustentada, mudanças de atitudes e de comportamentos nos seus hábitos e opções de consumo. De facto, não será possível salvaguardar os recursos naturais e minimizar o impacto da atividade humana no clima e nos ecossistemas se a sociedade não perceber, de forma precisa e inquestionável que a manutenção de modelos de desenvolvimento assentes na exploração de recursos finitos ou apenas renováveis a prazos muito longos, superiores aos da própria esperança de vida de cada homem, não é compatível com esse objectivo crítico.

Neste contexto, as empresas têm um relevante contributo a dar a este desafio de sustentabilidade, assumindo cada vez mais e de forma consistente, não apenas parcial ou conjunturalmente, outras soluções de negócio que incorporem simultaneamente produtos e serviços mais sustentados, promoção de atitudes de consumo mais responsáveis e compromisso mais efetivos com as iniciativas da sociedade civil que visem educar e sensibilizar para a salvaguarda ou bom uso dos recursos naturais.

É claramente relevante a importância da Aliança para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, que congrega praticamente 200 membros activo para que em conjunto se trabalhem e atinjam os ODS. A CPADA tem um papel fundamental para qua as associações dinamizem as atividades no sentido dos ODS, mantendo como missão final apoiar a mudança de mentalidades e atitudes, e ainda passar a mensagem às gerações futuras. No fundo, as ações da Confederação são de e para a sociedade civil.

2 – A Importância da Ética Ambiental nos movimentos associativos

A ética ambiental não faz sentido se não houver ética na nossa vida do dia-a-dia em todas as suas vertentes, como tal o conceito de vida deve ser o primordial objetivo ético da CPADA. Com isto levantam-se questões relacionadas com o grau de importância do comportamento ético dentro do nosso grupo, sabendo gerir os diversos movimentos, muitas vezes complementares.

Referiu-se ser necessário criar mais sinergias dentro da Confederação, baseando a ação na solidariedade, na partilha e na atuação em rede por forma a criar mais força. Obrigatoriamente, é necessário reforçar a comunicação interna que irá por si só reforçar a partilha.

A CPADA deve intervir mais numa estratégia de comum acordo, com regras e com ética, defendendo a autonomia das associações, por forma a que a união conduza ao entendimento, ou seja, a CPADA deve agir também como instrumento corporativo e defensora dos interesses das associações. Para isto é necessário mais proatividade na própria CPADA, mais participação na vida da própria confederação.

Deve valorizar-se as diferentes formas de pensar como uma mais valia da CPADA, permitindo-se evoluir e adaptar-se às realidades e circunstâncias atuais.

É determinante que as Associações e os dirigentes adotem uma postura séria, credível e sem conflitos de interesse, que possam colocar em causa a credibilidade do movimento associativo junto da sociedade. São de evitar completamente quaisquer tipo de ambiguidades, que possam configurar conflitos de interesse, nomeadamente o exercício de cargos dirigentes em Associações de Defesa do Ambiente e o exercício de funções em entidades públicas ou privadas que prestem serviços na área do Ambiente, nomeadamente consultorias ambientais, estudos de impacte ambiental e outros pareceres técnicos remunerados. É igualmente necessário que as Associações sejam um espelho da democracia em que vivemos, com um espírito de renovação dos seus dirigentes e porta-vozes que permita que mais gente nova se aproxime das Associações e estas novas pessoas assumam gradualmente responsabilidades de liderança.

Relativamente ao poder político, é necessário criar um saudável distanciamento com este, mas com intervenção constante, de modo a que não sejam confundidos os papéis de cada um dos sectores, sendo de evitar totalmente quaisquer situações de obtenção de favorecimentos políticos, que possam configurar contrapartidas para uma Associação ou para os seus dirigentes. Deve existir um sério respeito das Associações pelas suas congéneres, pelo seu trabalho desenvolvido, pela sua representatividade assim como uma reserva absoluta relativa aos assuntos que são tratados no âmbito das Associações. Assim, não devem ser feitas críticas ou comentários públicos a associações congéneres, respeitando assim a coesão do movimento associativo, e não devem ser fornecidas nenhum tipo de informações internas a outras organizações ou ao poder político.

É necessário que cada uma das Associações aceite o tempo necessário à sua própria implantação junto da sociedade, o cumprimento de todas as etapas associativas, e a sua verdadeira representatividade. Devem as associações respeitar-se mutuamente, relevando o trabalho e a representatividade das mais experientes e procurando exercer a sua atividade no quadro das missões assumidas respeitando a diversidade. Neste contexto o uso dos *media* deve servir para a coesão e nunca para promoção de interesses individuais ou de conjuntura.

A história do pensamento filisófico no que diz respeito aos conceitos de Natureza, Ecologia e Ambiente conduziu à conceptualização das relações inter-específicas. Fica a certeza de que é necessário unir os saberes para trabalhar esta noção. A educação ambiental é um processo

muito relevante que deve ser intrínseco na sociedade. Em particular, deve ensinar-se as camadas mais jovens ensinando-as a fazer o ambientalmente correto per se, como valor de e para a vida, encarando as questões e ambientais nas suas mais diversas vertentes.

A CPADA deve intervir mais numa estratégia de comum acordo, com regras e com ética, defendendo a autonomia das associações, por forma a que a união conduza ao entendimento, ou seja, a CPADA deve agir também como instrumento corporativo e defensora dos interesses das associações. Para isto é necessário mais proatividade na própria CPADA, mais participação na vida da própria confederação. Deve valorizar-se as diferentes formas de pensar como uma mais valia da CPADA, permitindo-se evoluir e adaptar-se às realidades e circunstâncias atuais

3 – Uma sociedade para além do petróleo – Mesa Redonda e debate

O tema da sustentabilidade é reconhecido pela sociedade em geral e existe uma preocupação sobre o mesmo, assim como um excesso de consumo e de desperdício. Estima-se que cerca de 65% da população está preocupada com a sustentabilidade e o consumo sustentável. Para além da alimentação e energia outra área em que os cidadãos estão disponíveis para contribuir é na reciclagem.

É necessário que o consumo de produtos sustentáveis seja mais tornado mais acessível, criando-se incentivos nesse sentido. É fundamental informar os consumidores do impacto dos produtos que adquirem, uma vez que a rotulagem não é suficiente. As campanhas podem ser temáticas e direccionadas a épocas festivas, tal como o natal. Importa também salientar o desperdício alimentar como um tema que preocupa os consumidores.

São necessários mais incentivos e políticas que implementem medidas no sentido de um consumo mais consciente, informando e sensibilizando para se adaptarem comportamentos.

Para além do petróleo, temos que pensar numa sociedade diferente da realidade que temos. Devemos encontrar uma solução na qual devemos todos participar uma vez que os desafios atuais são tremendos: desafios climáticos, interrupção do ciclo do azoto e do ciclo do carbono, perda da biodiversidade

O paradigma é mudar, não só a fonte de energia, mas tudo o que está associado aos modelos de participação e educação. É importante termos noção que o modelo alimentar hoje, de agricultura industrial, é absolutamente ineficiente e está totalmente dependente dos combustíveis fósseis. O desafio é de todos nós.

Considerou-se inadmissível e uma falta de respeito pela CPADA e pelo movimento associativo, o processo paralelo que o Ministério do Ambiente implementou para, à margem do processo formal de seleção de ONGA para estarem na COP 22, escolher por sua única iniciativa uma outra ONGA não designada pela CPADA e sem âmbito para acompanhar a delegação portuguesa. É imprescindível que o Ministério do Ambiente esclareça de forma cabal porque pela primeira vez não respeitou os processos formais e criou uma exceção à regra formal, para de uma forma que pode ser encarada como um favorecimento, dar lugar a uma Associação sem âmbito para tal.

Sabe-se que a capacidade de mobilização continua fraca, e que as preocupações ambientais têm vindo a diminuir. A sociedade de consumo, os novos apelos sociais fazem com que tudo esteja em grande mudança, pelo que devemos arranjar novas estratégias.

O associativismo é necessário para podermos ser representados pelo que as Associações não devem baixar os braços, e têm de ser cooperantes, estar lá, porque são precisas. As Associações devem participar nas representações e ir às reuniões, dar os seus contributos pois têm esse direito e o dever.

Assim, e de forma a reforçar o papel das ONGA's na sociedade portuguesa, num quadro de verdade e respeito, mas também de intervenção e afirmação perante a sociedade civil, o poder político e a comunicação social, as Associações participantes decidem encetar uma reflexão mais alargada de forma a aprofundar o debatido no ENADA 2016 e incentivar o Conselho Executivo da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente a encetar contactos com todas as entidades que julgue relevantes e que tenham intervenção nas matérias ambientais, de modo a melhorar os procedimentos ao nível de representações, âmbito das Associações, representatividade, e o papel dos dirigentes e das associações na sociedade.